

ATA DA OCTOGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 25-8-2016.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Ana Terra do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Cassio Trogildo, Dinho do Grêmio, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, Jussara Cony, Kevin Krieger, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Bernardino Vendruscolo, Cláudio Janta, Delegado Cleiton, Dr. Goulart, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Márcio Bins Ely, Mario Manfro, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Sofia Cavedon, Valter Nagelstein e Waldir Canal. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Resolução nº 046/16 (Processo nº 1947/16), de autoria de Dr. Goulart. Também, foi apregoado o Ofício nº 026/16, de autoria de Kevin Krieger, comunicando o motivo de sua ausência, em vinte e três de agosto do corrente, em reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Guilherme Socias Villela, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 021/16, discutido por Engº Comassetto e Sofia Cavedon, Lourdes Sprenger, Valter Nagelstein e Adeli Sell. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Elizandro Sabino, Jussara Cony e Prof. Alex Fraga. Durante o período de Pauta Especial, os trabalhos foram suspensos das quinze horas e dez minutos às dezesseis horas e três minutos para realização de reunião conjunta de Comissões Permanentes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon e Idenir Cecchim. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Marcelo Sgarbossa e aditado por Reginaldo Pujol, deferido pelo Presidente, com manifestações favoráveis de Elizandro Sabino e Jussara Cony, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 042, 160 e 167/16; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 025/16, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 104, 149, 188, 189 e 192/16 e o Projeto de Resolução nº 033/16. Às dezesseis horas e quarenta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, foram apregoadas as seguintes Emendas ao Substitutivo nº 01 aposto ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/13 (Processo nº 0559/13): nºs 01 e 02, assinadas por Waldir Canal; e nº 03, assinada por Elizandro Sabino e Reginaldo Pujol. Também, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Reginaldo Pujol, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/16 (Processo nº 0047/16). Ainda, foi apregoada a Emenda nº 07, assinada por Cláudio Janta, ao Projeto de Lei Complementar do

Legislativo nº 028/13 (Processo nº 0707/13), e foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando que essa Emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/13. Também, foi aprovado Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, solicitando a votação em destaque do § 2º do artigo 1º do Projeto de Lei do Legislativo nº 014/16 (Processo nº 0205/16), com Veto Total. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 014/16 (Processo nº 0205/16), com Veto Total, após ser discutido por Elizandro Sabino e Reginaldo Pujol. Foi votado destacadamente e rejeitado o § 2º do artigo 1º do Projeto de Lei do Legislativo nº 014/16, por cinco votos SIM e dezoito votos NÃO, considerando-se mantido o Veto oposto, em sua parte destacada, tendo votado Sim Fernanda Melchionna, Jussara Cony, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon e votado Não Airto Ferronato, Delegado Cleiton, Dinho do Grêmio, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Engº Comassetto, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Tarciso Flecha Negra e Waldir Canal. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 014/16, por dezenove votos SIM e quatro votos NÃO, considerando-se rejeitado o Veto oposto, em sua parte não destacada, tendo votado Sim Airto Ferronato, Dinho do Grêmio, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Guilherme Socias Villela, Idenir Cecchim, José Freitas, Jussara Cony, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Waldir Canal e votado Não Delegado Cleiton, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger e Mauro Zacher. Após, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Paulinho Motorista e Dinho do Grêmio, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 004/16 (Processo nº 0047/16), após ser discutido por Marcelo Sgarbossa, Lourdes Sprenger, Fernanda Melchionna, Reginaldo Pujol, Delegado Cleiton, Sofia Cavedon, Engº Comassetto e Airto Ferronato. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 004/16, por dezessete votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Lourdes Sprenger, tendo votado Sim Airto Ferronato, Delegado Cleiton, Dinho do Grêmio, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Fernanda Melchionna, Jussara Cony, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mario Manfro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Waldir Canal e votado Não Lourdes Sprenger. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 004/16. A seguir, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Márcio Bins Ely e Sofia Cavedon, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foram aprovados o Projeto de Resolução nº 031/16, o Projeto de Lei do Legislativo nº 166/15 e o Projeto de Resolução nº 005/16 (Processos nºs 1597/16, 1809/15 e 0452/16, respectivamente). Em Votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 083 e 086/16 (Processos nºs 1920 e

1997/16, respectivamente). Durante a Sessão, Jussara Cony e Lourdes Sprenger manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença, neste Plenário, de Michele Stroff. Às dezoito horas e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Guilherme Socias Villela e secretariados por Paulo Brum e Engº Comassetto. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1988/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/16, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2017.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Presidente, Ver. Villela; meus colegas Vereadores e Vereadoras, é com muito prazer que venho aqui para debater esse projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Tenho afirmado, nesta tribuna, que um dos momentos mais importantes do Legislativo Municipal é quando discutimos a LDO e, ao mesmo tempo, aprovamos o Orçamento para o próximo ano. E é impossível fazer o debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias se não fizermos uma avaliação do desempenho do Orçamento que aprovamos no ano anterior.

Eu quero iniciar, prezado Presidente, pela avaliação do desempenho do Governo Municipal. Nesse último exercício, o Governo Fortunati/Melo vem apresentando, Ver.^a Sofia, um dos piores desempenhos do Executivo Municipal nas últimas três décadas. O Governo não tem conseguido realizar aquilo que aprovamos aqui no Orçamento como prioridade. Ver.^a Lourdes, os jornais – eu quero falar para a imprensa, que está aqui presente – estamparam, no ano passado, que “o Governo terá R\$ 6,5 bilhões de Orçamento para 2016”. Agora, quanto foi, realmente, aplicado até o momento? Menos de 20%.

Nós podemos olhar a Cidade por três dimensões. A primeira dimensão são as obras, Ver. Tarciso: 17 grandes obras foram contratadas com dinheiro público oriundo do Governo Federal, inicialmente, para serem obras da Copa. Nós já estamos em 2016, já realizamos as Olimpíadas, e, das 17 obras contratadas com a rubrica inicial “Copa”, somente quatro foram concluídas; as outras 13 obras continuam trancando a Cidade, continuam emperrando a vida da cidadania e não são realizadas – obras que são feitas e são quebradas ou são feitas e são destruídas. Aqui eu peço, falando para a população que nos ouve, que se verifiquem os corredores de ônibus da Av. Bento Gonçalves e da Av. Protásio Alves. O Prefeito Fortunati anunciou há poucos dias, prezado Kevin Krieger, que o Governo Fortunati/Melo não mais fará os BRTs, conforme o projeto inicial, que não haverá mais as paradas inteligentes: paradas onde a população entra para um local abrigado e pode ter equipamentos de segurança, de atendimento, como café, livrarias, entre outras coisas, ficando segura para esperar o ônibus. Se não vai mais fazer os abrigos seguros, não é mais BRT. Nem o Prefeito ou sua Liderança vieram até a tribuna nesta Casa para justificar à população por que não será mais o BRT, José Freitas, meu colega Vereador. Então, por enquanto, é propaganda – não diria que para inglês ver – para porto-alegrense assistir e não ver as obras se concretizarem.

Ainda sobre as obras: quem mora na Zona Sul e passa pela Av. Wenceslau Escobar vê aquela obra com 300 metros ali há mais de 1,5 ano, que provavelmente ficará bonita, mas a beleza que nós queremos em uma gestão pública é a sua capacidade de eficiência e eficácia em realizar os projetos, em ter uma programação das obras, seu início, meio e final, porque a maioria do comércio que se instala perto dessas obras quebra, pois se retira todo o envolvimento da população para ter acesso ao pequeno e médio comércio.

Quem vai para o Aeroporto... Tenho amigos que vieram aqui há quatro anos e que retornaram agora há poucos dias, eles me disseram: “O que vocês fazem como Vereadores que deixam uma obra daquelas quase cinco anos sem conclusão? O Prefeito não é interditado por incompetência de gestão?” Eu disse: “Olha, quem vai interditar é a população, através do voto, que se aproxima, porque a população vê e percebe isso”.

A terceira dimensão, Ver.^a Lourdes, faz referência às questões sociais da cidade de Porto Alegre. Ver. Kevin Krieger, que aqui está e já dirigiu a FASC, a cidade de Porto Alegre está com um cartão-postal que não é cartão-postal para ninguém e para nenhuma cidade. Está impossível de passar pelo viaduto Otávio Rocha – um dos nossos principais pontos da arquitetura da cidade de Porto Alegre – sem perceber e sair dali chocado com os mais de 100 moradores de rua que estão ali embaixo do viaduto Otávio Rocha, numa política totalmente desconcebida pelo Governo Municipal. Os moradores de rua tomaram conta do Centro da Cidade. Onde está a política de assistência social? Porque recurso tem, o recurso veio, nós o aprovamos aqui.

Eu quero, nestes dois últimos minutos, Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum, me referenciar ao senhor, que é cadeirante, que é uma pessoa com deficiência. Nós aprovamos, em 2011, o Plano Diretor da Acessibilidade da cidade de Porto Alegre.

Hoje é o dia que nós temos que referendar as pessoas com deficiência. Proponho um desafio, gostaria que o senhor aceitasse, Ver. Paulo Brum: que convidássemos todos os colegas Vereadores para andar como cadeirante pelo Centro da cidade de Porto Alegre, para ver se é possível isso. O Prefeito Fortunati há três anos – também o Vice-Prefeito Melo foi à tribuna – anunciou à imprensa que realizaria a reestruturação das calçadas, começando pelo Centro da Cidade. Onde está a reestruturação das calçadas no Centro da Cidade? É impossível, Ver. Adeli, que um cadeirante ou uma pessoa com deficiência visual consiga andar pelo Centro da Cidade. É impossível!

E vou repetir aqui, já que estamos discutindo: na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Governo coloca como prioridade a habitação. E nós terminaremos o Governo Fortunati/Melo com 70 comunidades com reintegração de posse, isso significa mais de 22 mil famílias. Nós terminaremos o Governo Fortunati/Melo com oito anos do programa Minha Casa, Minha Vida, sendo entregues somente 3 mil unidades habitacionais. A segunda prioridade do Governo Fortunati/Melo é a cultura, mas acabaram com a descentralização da cultura, não tem mais cultura para a periferia. Ver. Tarciso, eu me refiro ao senhor novamente, que tem um trabalho com escolinha lá na Ponta Grossa e em outras regiões da Cidade. Se aquelas crianças, num programa, recebessem R\$ 5 mil por mês, seria um sucesso para trabalharem com suas famílias junto a um programa de integração cultural, esportiva e social. Acabou! Acabou a descentralização da cultura. E aqui eu poderia dizer muito mais.

O terceiro eixo é o saneamento básico urbano do DEP. Neste um minuto que me resta, eu quero dizer que o DEP não concluiu nenhuma obra corretamente. A obra que diz que entregou e concluiu é a Estação de Bombeamento do Sarandi, uma obra que fez de modo errado, uma obra que colocou uma viga dentro do canto por onde tem que escoar a água; e os desvios foram anunciados há poucos dias. E pasmem, senhores e senhoras, eu encontrei em uma rua lá na Ponta Grossa o ex-Presidente do DEP, Tarso Boelter, fazendo propaganda dizendo que vai resolver o problema de saneamento da região, mas nem a obra da Ponta Grossa, no valor de R\$ 14 milhões, concluiu; fez 30%, e a comunidade não consegue regularizar porque o dinheiro foi desviado do DEP. E está aqui como terceira prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nós queremos que o Governo venha aqui prestar contas de todos os serviços que nós aprovamos e não foram realizados. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores; público que nos assiste pela TVCâmara, que sempre está transmitindo ao vivo as nossas sessões plenárias; de forma muito especial queremos agradecer ao nosso Presidente Cassio e aos

nobres colegas –Ver. Dr. Goulart, Ver. Paulo Brum, Ver. Mario Manfro, Ver. Luciano Marcantônio – a cedência deste momento para falar em Liderança a respeito de questões importantes da nossa Cidade, questões que saltam aos olhos da nossa população. Ver. Tarciso Flecha Negra, nós, assim como todos os colegas, estamos andando pela Cidade – V. Exa. já está no segundo mandato, indo para o terceiro, tem a experiência do contato com a comunidade –, e a pauta é sempre a mesma, a pauta prioritária: a falta de segurança. As pessoas perguntam o que vamos fazer, o que estamos fazendo em prol da segurança.

Ora, muitas vezes é difícil explicar, é difícil esclarecer às pessoas, que não compreendem a competência das esferas administrativas, legislativas e executivas, esferas do Governo Municipal, do Governo do Estado, do Governo Federal, e a competência de atuação no que diz respeito à atribuição constitucional na área da segurança. A segurança, por óbvio, não é de competência municipal. É uma situação que enfrentamos, ela é real, mas não é um privilégio do Estado do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre; é uma realidade do Brasil. Está instalada uma dificuldade, que é circunstancial, também se pode dizer transitória, porque acreditamos no impacto de gestão, acreditamos que alternativas de viabilidade para combater o crime organizado estão sendo implementadas nas grandes capitais do nosso País. Agora, não podemos negar que Porto Alegre, hoje, enfrenta um índice altíssimo no que diz respeito às capitais do Brasil que têm o maior índice de criminalidade da nossa Nação, e isso se reflete nas ruas, nos contatos que fazemos com a população quando nos questionam a respeito da pauta segurança.

Ora, não há ninguém aqui neste plenário, ninguém que nos assista pela TVCâmara que não tenha uma história para contar, seja de si próprio ou até mesmo de um familiar seu, ou de um vizinho muito próximo. E não é mais história de que teve a carteira roubada, não é mais história de um roubo, um furto, é roubo com emprego de violência. Não são mais histórias de furtos ou de roubos, são histórias de assassinatos, de latrocínio de pessoas muito próximas que estão sendo vitimadas! Estamos numa verdadeira guerra, e nessa guerra nós entendemos que o homem bom, que a mulher de família, que os filhos que saem para ir à escola devem ser cuidados e preservados.

Agora, vejam bem, senhores: eu estava, esses dias, visitando uma escola – isso num período muito recente –, e a professora me relatou que, de forma muito frequente, os carros têm transitado ali com pessoas da região armadas, ostentando e mostrando as armas para os alunos, como forma de coibi-los no sentido de que eles não devem migrar para facções opostas. Então, nós estamos num enfrentamento que é muito presente, premente, perigoso.

E nós precisamos, efetivamente, trazer essa reflexão à Casa Legislativa, tendo em vista que nós enfrentamos hoje uma realidade que é irrefutável, inquestionável, mas é uma luta de todos nós. Portanto, trago esta reflexão em tempo de Liderança do PTB, para que, juntos, possamos buscar alternativas. E temos aqui nesta Casa um comitê instaurado para tratar da questão da falta de segurança da Região Metropolitana. E isso é de bom alvitre e é importante que seja estabelecido nesta

Cidade, Ver. Mendes Ribeiro, a quem saúdo. Um forte abraço a todos, muito obrigado, mais uma vez, pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Elizandro Sabino.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Villela, boa tarde a todos e a todas. É estranho estarmos discutindo Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem, em função do período em que estamos, um período de transição, de mudança de Governo, mas é o que manda a legislação. É importante que, pelo menos, se dê conta dos textos legais apesar de sabermos que o grande debate das Diretrizes Orçamentárias está em curso, que é o debate eleitoral, que, a partir de amanhã, toma vulto com os debates, e, daqui a um mês, estaremos elegendo na cidade de Porto Alegre um projeto cujas Diretrizes Orçamentárias deverão sofrer alterações, propostas de alteração na forma do Orçamento, no diálogo provavelmente dos eleitos com o atual Governo.

Faço esse registro porque percebo aqui, Ver. Sabino, que o tema que está muito em pauta, que V. Exa. traz, é o tema da segurança da Cidade. Eu faria uma pequena inflexão: não é possível um Governo de uma cidade não colocar no centro da articulação das suas ações a segurança pública. Por quê? Porque os nossos cidadãos estão sendo assassinados todos os dias – jovens, homens, em especial jovens negros, jovens pobres da periferia, mas também a classe média, que é vítima dos negócios do crime, que crescem dia a dia na nossa Cidade, dramáticos negócios do crime. Para mim, uma cidade que não olha para isso, que não constitui um comitê de emergência juntando todas as Secretarias, exigindo do Governo do Estado ação integrada, intervenção nas regiões de fomento de crime é uma cidade que renuncia a gestão, renuncia representar os cidadãos. Há aqui, sim, na Diretriz Orçamentária, segurança integrada, item 9. Eu espero que ela indique que nós vamos conseguir romper com os feudos e com as estruturas fragmentadas e voltadas para funções específicas; juntar todas essas ações, todas as possibilidades que o Município tem para impedir o crime na nossa Cidade.

Eu já contei para vocês que estive na Procempa e na EPTC com as nossas indicações. O que senti é que, de fato, ainda não há uma burocracia, as câmeras de vídeo da Guarda são da Guarda; as da SMED são da SMED, as do DMLU são do DMLU, as da SMS são da SMS. E nós precisamos que elas sejam todas integradas com a ação da Brigada Militar, que estejam todas *on-line* à disposição da segurança pública. No entanto, não tem como dizer que o Município vai resolver isso sozinho. Nós temos que ter um Prefeito ou uma Prefeita que exija do Governo do Estado uma ação consistente na Capital dos Gaúchos. Porque, com certeza, aqui se gera o crime que atinge os cidadãos do Estado inteiro; na Capital, onde está o acesso à tecnologia, aos bens, à organização é de onde se irradia tudo isso. Então eu quero deixar claro isso,

porque talvez, após esse debate todo da eleição, a gente tenha que mexer, alterar a questão da LDO e do Orçamento.

O segundo tema é que a Prefeitura de Porto Alegre está sendo multada de novo por sua política insuficiente na Educação Infantil, saiu na imprensa mais uma vez. A Educação Infantil tem que ter uma diretriz muito ousada, muito corajosa. Nós fizemos, muitas vezes, o debate das diretrizes para a Educação Infantil. Eu propus ampliar, equalizar os recursos custo/ aluno/Fundeb para o conjunto das creches comunitárias. Muitas vezes nós fizemos o debate sobre o tema das crianças de quatro e cinco anos e sobre o regime de colaboração, que o Município resolveu não fazer. Desde 2009, temos uma emenda constitucional que determinou que, em 2016, as crianças de quatro e cinco anos teriam que estar na escola. De 2009 para 2016, o Município não se preparou. E neste ano –estava nos jornais – a Prefeitura fechou trezentas e tantas vagas em berçário para atender as crianças de quatro e cinco anos. Ou seja, puxa o cobertor das crianças pequenas, dos bebês, para tapar os pés das crianças de quatro e cinco anos. Isso é inaceitável. E por isso a Prefeitura está sendo multada, porque ela não está cumprindo as metas do Plano Nacional e Municipal de Educação, metas determinadas há alguns anos, já no plano anterior, porque agora estamos na vigência de um plano novo.

Então, desde 2012, 2013 a Prefeitura vem sendo advertida, o Tribunal de Contas vem monitorando, e, em 2016 – vocês verão depois na avaliação do orçamento do Tribunal de Contas de 2016... Se estavam multando antes, desta vez o que farão? Porque, desta vez, a Prefeitura fechou berçário, fechou na Restinga, fechou na Região Leste. E berçário é um atendimento de turno integral, um atendimento das crianças mais vulneráveis, dos nenês às crianças de três anos, para poder atender as crianças de quatro e cinco anos, quando poderia ter aberto turmas em escolas estaduais, como nós defendemos sempre. O Tarciso já me assistiu dizendo isso muitas vezes, na Comissão de Educação eu já fiz essa defesa há quatro anos para a Secretaria Cleci. Acho que são escolhas muito ruins para a infância de Porto Alegre.

Falo agora num terceiro tema: a FASC. Há a situação rua, dos moradores de rua, que não tem um censo pronto novo, mas há cinco, seis anos nós tínhamos 1.600 moradores de rua. Eu acho que este dado é anterior ainda. Há controvérsias, Ver. Kevin, que domina bem o assunto. O novo censo provavelmente indicará, pelo que dizem os técnicos da FASC, o dobro disso nas ruas da nossa Cidade. Nós viramos moradia-rua para muita gente, a nossa Capital virou. E a FASC tem várias questões controversas. Nesta semana que passou, o cadastramento deixou de ser feito nos CRAS, ou seja, nas instalações da FASC descentralizada, por falta de condições, por falta de pessoal, ou seja, a população mais pobre vai ter que se deslocar para a FASC central; uma evidência de que nós não conseguimos, por mais que tenhamos votado nesta Casa uma lei criando os cargos, equipar a FASC, organizar a FASC para que ela atenda o conjunto de programas federais que tínhamos e temos para alcançar à população.

Nos jornais de ontem, mais uma denúncia, desta vez em relação à FASC. Nós tivemos no DEP, nós tivemos problema na Saúde, e sobre a FASC tem, desde 2014, uma investigação aberta, uma denúncia feita de falha no atendimento e na

execução de contratos de enfermeiros e técnicos. Até agora, pasmem, o ano inteiro renomeando, extinguindo e renomeando comissão de inquérito. E, mais do que isso, uma prática que, infelizmente, nós vimos em várias situações: a pessoa que provavelmente estaria envolvida, o Diretor Administrativo, no último minuto, é deslocado da FASC para o DEP, e na sequência temos problemas no DEP, não quer dizer que seja a mesma pessoa, nem vou dizer o nome da pessoa, porque acho que, enquanto ela não tem processo e solução sobre ela... Inclusive, o que eu questiono aqui, o que os jornais questionam é que houve denúncia, sim, de não execução de programas, e nós temos uma procrastinação de quase dois anos que não elucidou um dos problemas denunciados na FASC. Então, as diretrizes para a situação rua, para a vulnerabilidade nesta Cidade, têm que ser diretrizes que façam com que a FASC seja um órgão de fato equipado, com grupo permanente, instalado plenamente o SUAS e com capacidade de alcançar a nossa população mais carente com os programas sociais que o Brasil oferece. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Vereadora.
A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, fiz questão de pedir o tempo de Liderança neste momento. Eu quero começar dizendo da minha admiração à Presidente Dilma, da minha admiração à coragem da Presidente Dilma. Digo isso porque se inicia talvez o desfecho da maior farsa política da Nação brasileira. Estamos sentindo já, agora, aquilo que, a depender desse desfecho, vai ser um atraso de décadas na vida do País. Nós estamos a um mês, praticamente, das eleições municipais, e pergunto: a continuar a depender desse desfecho, o que será das cidades brasileiras? Conquistas históricas do povo brasileiro estão sendo retiradas, avanços que foram decorrentes, sim, da luta do nosso povo antes de tudo, mas que foram materializados nos governos, nos mandatos de Lula e de Dilma, em que se iniciou um ciclo histórico de desenvolvimento, de aprofundamento da democracia, da soberania nacional, do forjar, cotidianamente, a busca da construção de um projeto nacional de desenvolvimento, com justiça social, com resgate do protagonismo dos trabalhadores nesta construção. Trabalhadores foram massacrados durante o projeto neoliberal, abrindo caminhos para uma etapa de inserção no Brasil de uma forma soberana, como Nação, inclusive, no contexto internacional e, no contexto internacional, sob o ponto de vista de desenvolvimento do nosso País, de outros países do Mercosul e da própria soberania e da articulação internacional entre os povos. Isso, óbvio, incomodava as elites dominantes, incomodava a mídia golpista, que, cada vez que esta Nação tenta construir um projeto de desenvolvimento, está de plantão. Como sempre afirmava Brizola – eu tenho me lembrado muito do Brizola nesses tempos de hoje –, aos interesses escusos neste conluio histórico, também, dos dominadores com capital financeiro internacional; aliás, capital rentista.

É bom lembrar aqui, neste momento, as palavras dos próprios golpistas. O Romero Jucá explicitou, em gravações divulgadas, que era necessário tirar a Dilma do

poder, tirar 54 milhões dos nossos votos do poder para estancar a Lava Jato. Não sou eu que estou dizendo, a própria imprensa deu conta disso. Na entrevista do Aécio – que perdeu as eleições, depois de uma janta que o PMDB ofereceu ao PSDB; aliás, Aécio é o mais citado na Lava Jato e foi derrotado nas urnas em função do projeto que o povo brasileiro repudiou –, da linha política do Governo, afirmou que o Governo não deve ter compromisso com o resultado das eleições. O que ele quis dizer? Da volta, em estágio mais avançado, do neoliberalismo, um atraso de décadas para o Brasil – aí é que ele se perfila, o que perdeu a eleição. O que não recebeu aval do povo, que escolheu Dilma pelo projeto antagônico ao neoliberalismo, projeto da busca da perspectiva de uma Nação com desenvolvimento soberano, desenvolvimento nacional.

Por isso fiz questão de vir a esta tribuna dizer da minha admiração pela coragem e pela integridade da Presidenta Dilma. Porque, na realidade, se ocorresse o *impeachment* criminoso, não só para a Dilma, mas para o Brasil, para o projeto de Nação, é o fim desta Nação. Eu não tenho dúvida. Nestes cem dias de golpe, dia por dia, são cem direitos retirados. Eu não vou expor os cem aqui, porque o meu tempo não permite, mas me fixarei nos seguintes: rombo fiscal; queda dos ministros; teto dos gastos; retirada de direitos; desmonte do INSS; privatizar tudo o que for possível; corte, fim dos subsídios à moradia; corte no Minha Casa, Minha Vida; tetos para a educação e saúde significam o desmonte da educação e o desmonte do Sistema Único de Saúde; alteração das regras do pré-sal diz respeito à nossa soberania; novo regime trabalhista com fim de direitos para a nossa população.

E finalizo dizendo: nessa relação, no momento de uma eleição municipal – falta um pouco mais de um mês –, o que será das cidades? O que será da segurança? O que será da educação? O que será das obras urbanas? O que será da saúde, com esse projeto antipovo? Quero expressar, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, com a convicção de uma comunista, com a convicção de uma mulher de luta, o meu respeito à Presidenta Dilma Rousseff e a minha admiração à sua coragem.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu pedi para a minha Líder de partido, a Ver.^a Fernanda Melchionna, licença para usar o nosso tempo de liderança para fazer uma denúncia com relação à gestão do Município de Porto Alegre. Nós temos, aqui na Câmara de Vereadores, vários membros que já foram Secretários de diferentes pastas, de diferentes Governos. Ver. Adeli Sell, o senhor já foi Secretário desta Cidade e agora é estudioso do direito. Vereador e ex-Secretário Adeli, quando o funcionário público é lotado dentro de uma Secretaria ou um órgão no qual ele não pode cumprir as suas funções, as suas prerrogativas, isso é improbidade administrativa, não é? O Secretário de Governança Local Cezar Busatto, lotou, dentro do CAR Centro, cinco agentes de fiscalização do

Município de Porto Alegre, e esses agentes de fiscalização não têm qualquer tipo de atividade produtiva, todo o tipo de material que eles emitem, notificações, não têm nenhuma serventia para o Município de Porto Alegre, justamente porque não há atividade de fiscalização no CAR Centro.

Há mais de cinco anos, esta Cidade percebe esse desperdício do dinheiro público, esse desperdício de força de trabalho, esse desperdício de motivação, de colegas municipais que estão lá lotados no CAR Centro, sob o guarda-chuva da Secretaria Municipal de Governança Local, sem atividade prática. Eles estão dispostos a começar a trabalhar pelo Município de Porto Alegre, mas não conseguem fazê-lo. Isso demonstra mais uma vez o total e completo desrespeito que a gestão do Sr. Fortunati e Sebastião Melo vem trazendo para o Município de Porto Alegre. Desde 2012, nós não temos abertura de concurso público para agentes de fiscalização, e os diferentes departamentos e Secretarias deste Município precisam da atuação desses servidores. Nós precisamos de servidores agentes de fiscalização para destravar muitos dos alvarás que não conseguem ser liberados no Município de Porto Alegre por causa da burocracia, da falta de pessoal. Esses colegas municipais nem sequer receberam curso de treinamento e capacitação para a atividade que desempenham, porque, na prática, eles não desempenham atividade nenhuma. Isso é uma vergonha! Isso demonstra que o nosso Prefeito, o seu Vice e muitos dos Secretários não estão se importando com os recursos públicos, recursos que saem dos nossos bolsos, dos impostos que pagamos. Eles não estão nem um pouco preocupados com a eficiência da máquina pública.

E quais deveriam ser os cinco princípios da administração pública? O primeiro deles é a legalidade. No momento em que o Sr. César Busatto senta em cima desses servidores, prende eles num órgão que não tem atribuição, onde eles não podem desempenhar suas funções, isso está à margem da legalidade. Então temos o primeiro princípio da administração pública sendo ferido no Município de Porto Alegre há mais de cinco anos! Um colega servidor me relatou há pouco que já entrou com processo administrativo tentando o seu deslocamento para outra Secretaria, onde ele possa desempenhar as suas funções, onde ele possa ver o resultado do seu trabalho, onde ele possa contribuir para o Município de Porto Alegre, mas o processo foi negado. Como premiação, por querer trabalhar, por querer contribuir com o nosso Município, foi aberta uma sindicância contra esse colega. Isso é um desrespeito, isso é uma falta de consideração! Criminosos não passarão, esta gestão tem que acabar. É uma palhaçada! Nós não podemos mais aceitar que essas práticas continuem no Município de Porto Alegre. A administração pública deve rigorosamente seguir a lei, e isso não acontece no Município de Porto Alegre.

Eu peço aos Srs. Vereadores que, através dos seus contatos, possam destravar esse processo, fazer com que o Sr. César Busatto libere esses colegas para que eles possam desempenhar as suas funções e trabalhar para o nosso Município. Uma boa tarde a todos, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Estão suspensos os trabalhos para a realização de Reunião Conjunta das Comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h10min.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela – às 16h03min): Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Colegas Vereadoras e Vereadores, está na Casa a LDO para 2017 para nossa análise, que traz a confirmação daquilo que venho alertando desde 2014. Antes de falar especificamente dos números, quero salientar o atual art. 19. A Lei Orgânica do Município diz que “o Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projeto de lei versando sobre: Inciso I – a criação e atualização de preços públicos e taxas de forma a aprimorar a prestação de serviço e a garantia à cobertura dos custos realizados”. Então, pergunto: como aprimorar a prestação de serviço pela criação ou atualização de taxas? Temos é que aumentar a eficiência e a evolução dos serviços públicos, diminuir custos, mas não aumentar impostos. As pessoas não aguentam mais, não suportam mais pagar tantos impostos – isso é de amplo conhecimento de todos.

O Inciso II, da LDO, fala da manutenção da isenção do ISSQN para o transporte de ônibus. Quero lembrar que fui a única Vereadora que votou contrariamente quando a lei passou nesta Casa, e acho que estava certa, pois, mesmo depois da licitação da concessão dos ônibus, o serviço ainda está muito distante do que necessitamos para uma metrópole como Porto Alegre. No ano passado, sobre a LDO, eu abordei três pontos e disse que eles me chamavam a atenção, esperando que pudessemos esclarecer na CEFOR, para que, quando chegasse ao plenário para votação, minhas dúvidas já estivessem dirimidas. Os pontos eram: os resultados negativos da receita previdenciária *versus* despesa previdenciária do Previmpa; a meta para a ação do Fundo Municipal dos Direitos Animais; a meta para ações fiscalizatórias de animais domésticos.

Pois bem, as dúvidas permanecem, e, preliminarmente, elas me deixam mais preocupada com a já inquietante situação. O percentual da dívida pública consolidada sobre a receita arrecadada está aumentando. Em 2010, foi de 18,14%; vem aumentando ano após ano e chegou, em 2015, a 26.81%. Isso quer dizer que mais de um quarto do que é arrecadado pelo Município deve ser direcionado para o pagamento da dívida pública assumida pela Prefeitura. Diante disso, como vamos conseguir compor o déficit que apresenta o Previmpa, que é o Fundo de Aposentadoria dos Servidores Municipais? No ano passado, o problema era a falta de um senso entre os municipais para a atualização cadastral. Mas isso é um plano de fundo. O que interessa mesmo é o rombo que apresenta o fundo que, na verdade, não é muito diferente da realidade da maioria dos fundos previdenciários públicos, uma vez que aumentou a expectativa de vida das pessoas e diminuiu a base da pirâmide representada por servidores mais jovens. Pela

primeira vez observo que há dois planos: o Previmpa-RS e o Previmpa-Cap. Na página 52 da LDO está registrado: “O resultado da avaliação atuarial de 2016, base 2015, apresentou um déficit de quase R\$ 463 milhões. Sendo assim, seria necessário providenciar o equacionamento desse resultado para a manutenção de equilíbrio financeiro e ainda atuarial da RPPS, conforme art. 18 da Portaria MPAS 403/2008.” Vamos, realmente, ter que verificar junto à CEFOR essa situação.

Dois pontos que eu quero citar, mas agora entrando nas metas relativas aos animais. Gostaria de fazer duas considerações que julgo importantes. É sobre as metas estabelecidas para o Fundo Municipal dos Direitos dos Animais, que parece não teve alterações, de modo que espero, pelo menos, pelo cumprimento de 3.350 esterilizações para 2017, embora eu tenha proposto 10 mil castrações no Orçamento deste ano, aprovado por unanimidade por nós, Vereadores, mantido pelo Sr. Prefeito. O terceiro ponto é sobre a fiscalização de maus-tratos aos animais. Como não há menção na meta, por esta proposta, de ações fiscalizatórias, presumo que ficarão mantidas as 5.600 para o ano de 2017. Entretanto, de nada adianta que a fiscalização seja realizada dois meses após a denúncia. Se for por falta de alimentação ou água, certamente o animal já morreu de fome ou sede; se for por suspeita de envenenamento, muito provavelmente o criminoso já tenha cometido tantos outros envenenamentos de animais.

Então, Sr. Presidente, esses são os pontos que vou levantar nesta primeira oportunidade e provavelmente nos próximos dois períodos de pauta da LDO, quando abordarei outros aspectos. Quero também aproveitar esse tempo que resta para complementar, já que foi citado aqui o problema do DEP. Realmente, com todo respeito, Diretor-Geral Tarso Boelter, o senhor fez uma grande promessa para o bairro São João e não fez coisa nenhuma, embora eu tenha aprovado 365 mil em emendas, faltava um milhão que vocês prometeu ir buscar em Brasília – passaram-se quatro anos, e a população está lá, esperando o próximo alagamento para perder tudo que já adquiriu e recolocou naqueles bens que se foram pela água, devido a problemas na rede pluvial. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver.^a Lourdes Sprenger.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro preciso fazer novamente um registro já feito na segunda-feira. Quero, mais uma vez, reiterar os cumprimentos em meu nome, em nome do meu mandato, extensivo a todos os outros Vereadores, tenho certeza, já que todos se somam a isso, à sinagoga da Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência – Sibra, que está completando 80 anos, e que, no dia de amanhã, fará uma solenidade religiosa especial, exatamente alusiva para celebrar isso. E mando aqui um abraço também ao Rabino Guershon, que é o coordenador do Grupo de Diálogo Inter-Religioso de Porto Alegre, uma pessoa

fantástica, muito querida, carismática, talentosa, estudiosa, que faz um grande trabalho nessa importante entidade religiosa da nossa Cidade. Então, um abraço à Sibra, cumprimentos por esses 80 anos e a todos os seus associados.

Sr. Presidente, neste período de Pauta Especial, vou fazer algumas reflexões sobre a nossa LDO. A primeira delas, que eu acho muito importante, tem a ver com o regime de governo. Nós estamos num país que elegeu o modelo presidencialista, e, mais uma vez, o equívoco desse modelo se apresenta num momento com este. Todos nós, Vereadores, aprovamos uma série de emendas ao longo desses anos. Eu aprovei bebedouros para praças, aprovei academias, aprovei, enfim, e essas emendas não foram executadas. Num sistema parlamentarista, toda a semana o Chefe do Executivo estaria aqui conosco, prestando contas aos Vereadores, que, por sua vez, estão na sociedade, na Cidade conversando com os seus eleitores, com a sociedade e cobrando do Prefeito. Aí a gente faz uma emenda no Orçamento que é para inglês ver, desculpem-me a expressão! Se o Prefeito, o Secretário não querem cumprir, não cumprem; e não acontece nada! Então, é um equívoco do modelo, do sistema político que nós elegemos no nosso País, que faz exatamente isso.

Quero reafirmar a minha posição parlamentarista. Para além dessa questão, infelizmente, isso é difícil, tem que ser debatido em nível federal, talvez isso seja objeto de plebiscito no País inteiro, então não vai acontecer. Mas que todos saibamos das nossas opções e das repercussões que há na nossa realidade. Eu morei, com muita alegria – não digo isso para estar me exibindo aqui –, um período na Inglaterra. É uma das coisas que eu gostava de ver lá era o debate no Parlamento: o Primeiro-Ministro ia lá toda a semana, sentava de um lado, com seus Ministros, e do outro lado os Parlamentares, que ficavam cobrando ali. Se fosse aqui: estariam sentados o Prefeito e os Secretários e nós, do outro lado, cobrando deles. Aí a gente vai aí na rua, e as pessoas nos cobram: “Ah, mas por que aquela praça não foi arrumada? Por que aquele bueiro não foi feito? Por que aquele buraco não foi tapado?” Porque existe esse problema de interdição desse diálogo, dessa cobrança, que deveria acontecer mas que acaba não acontecendo. Então, nós temos que mudar isso, Ver.^a Lourdes, mudar!

Eu tenho dito que a gente precisaria reinaugurar o Brasil! Mudar a Justiça brasileira. A Justiça brasileira é o único poder que não tem controle social, fazem o que querem, aprovam seus benefícios, os seus aumentos, as suas aposentadorias especiais, as suas diferenças de URV, seja lá o que for, pagam a si mesmos; mas nós temos o controle social do voto, que bom que temos. O Executivo tem o controle social do voto, que bom que tem; e a nossa Justiça? Qual é o controle? Ministério Público é bom? É saudável? Mas o Ministério Público não é uma entidade perfeita! Comete excessos! Tem cometido permanentemente excessos, e qual é a ferramenta de controle? Em países como a Alemanha, por exemplo, que é muito mais desenvolvida do que nós, o Judiciário é eleito também! Estamos falando em democracia, por que não podemos pensar nisso? Para falar em LDO, falar no sistema político, no regime político, nas instituições políticas, na forma de organização do Estado e tudo o que, desculpem-me, estiver errado! Então, não tem como funcionar, não vai funcionar. As pessoas se decepcionam conosco, e nós temos uma luta inglória praticamente, é aquela do beija-

flor que queria apagar o incêndio da floresta, e foi lá e jogou uma gotinha, e alguém disse: “Mas, afinal de contas, o que tu estás fazendo”, e é o que nos perguntam, e ele respondeu: “Eu estou fazendo a minha parte”. Mas as pessoas se apercebem, cada vez mais, que a nossa parte não está sendo suficiente para mudar a realidade e mudar a sociedade para melhor.

Agora, há uma outra questão também de fundo que é muito importante, que é a minha diferença aqui com os meus companheiros, colegas dos partidos de esquerda. Tem figuras aqui, eu vi que a Jussara subiu para falar das conquistas dos trabalhadores. Que bom que nós temos conquistas dos trabalhadores – que bom! –, e eu acho que são importantes, mas eu desejaria que todo o servidor público fosse celetista. Eu desejaria que todo o servidor público tivesse a mesma condição que tem o trabalhador privado! Porque a gente, que foi Secretário uma vez, duas vezes – eu não estou falando para os servidores que estão aqui, estou falando em gênero, não estou falando para ninguém em especial, estou falando para um sistema que não funciona –, a gente, que é gestor, que quer fazer, quer obrigar, mas o cidadão que estiver lá trabalhando, que tem a tal da estabilidade funcional, se não quiser trabalhar, ele não trabalha e não acontece nada. Então nós não temos que estar defendendo, em uma tribuna sagrada como esta, direitos de A, de B ou de C, de corporações, como muitos fazem aqui e transformam os seus mandatos em estâncias de advocacias de interesse de corporações. Nós temos que defender o interesse da sociedade! E nós não defendemos o interesse da sociedade, de quem paga imposto, de quem contribui, de quem trabalha, de quem rala de sol a sol, de quem deixa 40% daquilo que produz nas borras do Estado, que, por sua vez, é apropriado por essas corporações que são defendidas por esses partidos políticos contra o interesse do cidadão, daquele que paga imposto, daquele que contribui.

Aí não adiante discutir a LDO, porque ela acaba sendo, sim, uma peça de ficção; é papel, o papel aceita tudo. E na vida prática não acontece, não tem posto de saúde, as ruas estão esburacadas, não se consegue fazer reforma em praça... Eu não sou daqueles que comem e viram o cocho, tenho que defender o Governo, porque acho que o Governo teve avanços, mas o Governo tem avanços pequenos e graduais na medida dos problemas que estão postos aí. Tem gente que está dentro do Governo, servidor público, que é militante político de determinados partidos e está lá dentro para trabalhar contra a máquina! Aí o Secretário dá um comando e não funciona. Passa uma semana, se o Secretário é bom, se ele é um cara organizado, se não esquece das coisas, ele vai lá e cobra. Mas, se ele está atrapalhado com um monte de coisas, aquilo passa! E passa um mês, passam dois meses, passa um ano, e as coisas não acontecem, e as pessoas cada vez mais se indignam com a política, porque a política do jeito que está, de fato, não presta! Para que serve a política, gente? Nós estamos em período de eleição. A política serve para melhorar a vida das pessoas! Mas nós estamos melhorando a vida das pessoas? Essa é grande pergunta que temos que fazer. Para isso há dois caminhos: o caminho da negação da política, que é uma coisa absurda: “Eu não vou votar, vou votar nulo”. E há o caminho de tentar tomar o seu papel, as rédeas de seu destino, tentar construir alguma coisa melhor.

Por último, quero me dirigir ao Ver. Engº Comassetto, do PT, que está abraçado com a Dilma ali no seu gabinete, que diz que fez o Hospital da Restinga, e não fez! Quero lhe dizer, Ver. Comassetto, que grande parte dos atrasos das obras de Porto Alegre foi porque a maior parte desses recursos era da Caixa Econômica Federal, que não liberava os recursos, que ficava morcegando os recursos. E o senhor tinha acesso à Caixa Econômica Federal! E aí o Governo teve que ir ao DMAE buscar dinheiro para conseguir fazer avenidas! Porque essa burocracia e esse estado de coisas foram criados nos partidos de esquerda – desculpem-me dizer isso. Quem não quer fazer não faz! Aí quer cobrar do cara para amanhã de manhã ter que aprontar isso, mas não faz! Então, não ajudou, atrapalhou e vem aqui querer depois cantar vitória em cima dos outros. Mas não há vitória! Não há vencedores e não há vencidos, porque vencidos estamos sendo todos nós. Aqueles que têm um estado pesado, paquidêmico, burocrático, ineficiente, incapaz, tomado por interesses e por corporações não atuam no sentido de ajudar aqueles que mais precisam, sejam os pobres e miseráveis, que precisam ser atendidos e olhados, sejam aqueles que produzem, que geram a riqueza, que por esses partidos de esquerda são olhados com preconceito, como se fossem exploradores! Então, nesse estado de coisas, quando olhamos para uma LDO, quando olhamos para uma cidade, quando olhamos para um Estado, para um País, é que a gente tem que fazer uma reflexão muito profunda: está tudo podre, está tudo dominado, tudo precisa ser mudado! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, no ano passado foi aprovada a Emenda nº 36 à Lei Orgânica do Município, de 12 de agosto de 2015, que foi, muito tempo atrás, proposta pelo atual Vice-Prefeito Sebastião Melo, que inclui o Programa de Metas – Prometa – no rol de competências privativas do Prefeito, determinando que as leis orçamentárias incorporem as prioridades, os indicadores de desempenho e as metas quantitativas e qualitativas desse programa. Nada melhor do que um dia depois do outro: esta Câmara aprovou o Prometa, nós vamos ver agora as promessas e como isso vai ser colocado efetivamente em prática.

Eu fiz essa introdução para entrar no debate sobre as Diretrizes Orçamentárias, porque também a Lei de Diretrizes Orçamentárias é um Prometa, mas nem sempre promete e faz. Aqui há algumas questões nessa LDO que são risíveis - risíveis. Nós estamos aqui falando no cap. I, das disposições preliminares, as metas, as diretrizes pela elaboração e execução do Orçamento do Município e suas alterações, as disposições sobre as alterações da legislação tributária e tarifária do Município de Porto Alegre, as metas e os riscos fiscais. Ora, senhoras! Ora, senhores! Qual é essa proposta de legislação tributária? A que aumenta alíquotas, que aumenta taxas, como a gente viu recentemente? Eu vou saltar um pouco por cima disso, vou para a página 3, quando

discutimos a definição de prioridades. As senhoras e os senhores sabem qual é a ordem das dez prioridades do Governo do Município? Qual é a primeira? Habitação. Vamos fazer um balanço do DEMHAB. Nenhuma habitação foi construída nos 12 terrenos comprados para resolver o problema da ampliação da Av. Tronco. Das 1.560 pessoas que tinham e que tem que ser transferidas, novecentas e pouca foram feitas graças a uma lei de minha autoria, que é o bônus-moradia; as outras estão no aluguel social. Aqui há uma contradição bárbara! Bárbara! É o primeiro questionamento que faço.

Agora, a segunda é risível. A segunda meta do Governo é a Cultura. Gente, vocês ouviram bem, vocês leram a LDO? Ora, senhores, nós tivemos problemas recentemente no Centro, aqui na Erico Veríssimo; nós temos problemas de equipamentos de Cultura funcionarem porque não há guarda municipal; nós não temos a descentralização da Cultura; temos problema de funcionamento do Capitólio, e o Governo coloca a Cultura como a segunda prioridade.

Agora, a terceira meta, pasmem, é o DEP. Ora, senhoras e senhores! Há alagamento na cidade porque o DEP não limpa as bocas de lobo, contratou uma terceirizada que não fez, não fez o serviço e pagou. E vou mais longe: a quarta meta é a pavimentação. Há uma disputa no tapa-buracos, nós temos ruas esburacadas, não asfaltadas, e a quarta prioridade é a pavimentação. A quinta é a saúde, vejam o tratamento que é dado nos postos de saúde, em que não há médicos, e nós estamos mandando 160 médicos da Saúde da Família embora! E aí nós recebemos uma LDO em que a quinta prioridade é a saúde.

É como eu disse antes, o Prometa agora é uma emenda à Lei Orgânica de autoria do Vice-Prefeito Sebastião Melo, aprovada e sancionada no ano passado, e a Emenda nº 36 determina que as leis orçamentárias incorporem as prioridades, os indicadores de desempenho e as metas quantitativas e qualificativas. A sexta prioridade é a educação! Onde está o aumento de verbas e de repasses para as creches comunitárias? Porque hoje elas sobrevivem às minguas. Então há uma disputa sobre esse tema no qual eu nem vou entrar.

Sétima prioridade: assistência social. Ora, senhoras e senhores, passar pelo Viaduto Otávio Rocha e saber que a sétima prioridade é a assistência social... Eu tenho que me irritar! Eu só posso me irritar quando vou a qualquer praça da Cidade e tem acampamento de pessoas, de moradores de rua! E a prioridade é a assistência social! Só posso me irritar! Prioridade oito: desenvolvimento econômico. Lembro o 4º Distrito. O pessoal foi para Barcelona... Eu já disse: o pessoal do Inovapoa, Villela, não foi junto na delegação. O nosso colega Ver. Valter foi, mas o Inovapoa não foi. Se querem fazer economia criativa, colaborativa, se querem fazer um 22@Barcelona, como fizeram em Barcelona, têm que ir a Barcelona o Inovapoa, a Procempa e a SMIC, mas não foram. Foram a Secretaria da Fazenda e a SMURB. É claro que o 4º Distrito não vai funcionar, não vai funcionar! Se fosse o meu Governo, eu diria a mesma coisa. Ou melhor, eu diria com mais vigor.

Prioridade nove, João Bosco Vaz: Esporte e Lazer. Está na prioridade. Cultura é a segunda. E, finalmente, a décima é a Juventude. Agora, pessoal, nenhuma

palavra sobre transporte coletivo de passageiros. A mobilidade não está na prioridade da LDO! As pessoas não têm prioridade de mobilidade na LDO, gente!

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. ADELI SELL: A intervenção do PT teve problemas, Bosco. Eu respondo. Inclusive, sérios. Mas quem tem humildade reconhece. Mas, se não tivesse tido a tal da intervenção, nós teríamos uma situação muito pior em Porto Alegre, porque hoje está muito ruim.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. ADELI SELL: O PT não fez a licitação. Eu compro todas as provocações do Bosco, aqui. É verdade, é um erro e tem que ser reconhecido. A grandeza é reconhecer, como também é grandeza reconhecer que o Villela fez os famosos corredores, e eu sempre reconheço que foi ele que fez.

O Sr. Eng^o Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Adeli, eu queria contribuir aqui, inclusive, Ver. João Bosco Vaz, dizendo que a nossa bancada fez um documento e entregou ao Prefeito Fortunati sobre a licitação do transporte, e nós dizíamos que a licitação, nos termos em que foi feita, seria mais do mesmo. Teve o mérito de fazer, mas não teve o mérito de mudar para melhor o sistema de transporte. Muito obrigado.

O SR. ADELI SELL: Eu agradeço e termino aqui. Não tem mobilidade urbana nas prioridades da LDO de Porto Alegre. Convenhamos, gente, assim não dá!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, diz Ivan Valente: “Este *impeachment* é golpe. Começou hoje no Senado a fase final do processo de *impeachment* contra a Presidenta Dilma Rousseff, afastada do cargo há quatro meses. Estamos assistindo a um dos episódios mais lamentáveis da história política do Brasil. A nossa recém e ainda muito frágil democracia está sendo vilipendiada pelas forças políticas mais conservadoras, inescrupulosas e retrógradas que existem no território nacional. Desde já temos que dizer, alto e bom som, que esse *impeachment* é golpe. É golpe porque as operações de crédito, muito recorrentes na Administração Pública, praticadas por todos os últimos ex-Presidentes e por vários Governadores, nunca foi motivo para retirar o representante do Executivo. Não há registro na história de um Presidente ser retirado do seu posto por promover

movimentações financeiras que não lesam o Erário. Portanto, se não há crime de responsabilidade, a única opção garantida pela Constituição que justifique o afastamento é golpe. A esculhambação da Constituição Federal, levada a cabo pela direita brasileira, é algo constrangedor de se defender. Não à toa vários líderes golpistas optaram por tirar a máscara e verbalizar que o processo contra a Dilma é político e não jurídico. Michel Temer, presidente das sombras e capitão da sabotagem democrática, afirmou publicamente isso, independentemente da avaliação que possa fazer do Governo Dilma.

Perda da maioria no Congresso, baixa popularidade e erros na condução da economia não são argumentos para derrubar alguém escolhido pelo povo para ocupar a Presidência da República. O golpe em curso é um terrível ataque à democracia e abre um péssimo precedente. A facilidade e celeridade com que Dilma está sendo afastada colocará em xeque qualquer governo que tenha atritos com o Congresso. Tal estabilidade torna fluído o republicanismo e aproxima o sistema político brasileiro a um parlamentarismo de ocasião. A situação torna-se ainda mais grave quando vemos que o *impeachment* foi lançado por um corrupto de carreira, Eduardo Cunha. O Governo Interino se constitui de figuras envolvidas até o pescoço em vários escândalos de corrupção; braço direito do Temer, Romero Jucá, afirmou ao antigo aliado Sérgio Machado, que havia a necessidade de estancar a sangria, referindo-se à operação Lava Jato. A Procuradoria-Geral da República expediu pedido de prisão preventiva do próprio Jucá, de Cunha, de Renan Calheiros e de José Sarney e outros por tentativa de obstrução da Justiça.

Ou seja, a cúpula do PMDB está enrascada até a medula, de modo que não tem o menor cabimento afastar Dilma, alegando a corrupção em seu Governo, pois contra Dilma não pesa denúncia. Contra Temer, há várias denúncias, como revelou a força-tarefa Lava Jato. Então, qual é a verdadeira razão do golpe? A direita brasileira, a grande mídia, setores do Judiciário, setores da Polícia Federal, as associações patronais e, principalmente, os representantes da economia financeira querem se apropriar do Estado brasileiro para torná-lo uma imensa plataforma de valorização do capital financeiro. Em poucas palavras, para quem compõe o time dos grandes investidores, o golpe é excelente. Para quem vive do trabalho, ou seja, a imensa maioria da população, o golpe é lamentável. Basta ver as iniciativas já tomadas por Temer: congelamento dos gastos sociais, reforma da previdência, corte no orçamento das universidades federais, entrega do pré-sal, sucateamento do SUS, reforma trabalhista, retirada de direitos, desprezo dos direitos humanos e por aí vai. Tudo isso em pouco mais de cem dias.”

Eis as razões, e concludo, Vereador, para denunciarmos a farsa em curso. Há meses, o resultado desse processo já é sabido. Não precisaria esperar tanto tempo para o seu fim. A decisão pelo afastamento de Dilma é política, de maneira que não existe argumento jurídico de defesa capaz de reverter a opinião dos Senadores comprometidos com o golpe. Enfim, Presidente, aos defensores da democracia, nosso papel é ocupar todos os espaços e dizer não ao golpe. Para os que não desistem de lutar de criar um País justo, solidário e igualitário, as ruas serão o palco das nossas mobilizações. Então,

assino embaixo do que escreveu Ivan Valente, Deputado do PSOL na Câmara Federal, que muito nos orgulha pela sua lucidez e pelo combate que faz.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Vereadora.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Eu solicito que não haja manifestações, senão, sou obrigado a suspender a reunião ou tomar outras medidas.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu até não ia me manifestar, Ver. Tarciso, mas, quando eu vi a Ver.^a Sofia precisar ler argumentos, é porque lhe faltam argumentos; quando eu a ouvi usar um artigo do PSOL, é porque o PT não tem mais argumentos. Aliás, a Presidente Dilma não tem mais o PT! O PT abandonou a Presidente Dilma! Eu não sei o que a senhora leu aqui, eu não sei o que a senhora leu, a senhora leu uma manifestação do PSOL! Se o PT tivesse defendido a Dilma, como o PSOL e o PCdoB defenderam, provavelmente a defesa teria sido mais intensa e mais competente. A senhora disse: “O PMDB está enrascado”. É verdade que muitos estão sendo julgados, mas os seus estão julgados e presos! Os tesoureiros todos do seu partido estão presos, inclusive aqui o do Rio Grande do Sul, então eu não entendi essa leitura, não entendi! Precisou de muleta para fazer uma manifestação. Ora! Onde chegamos! Faltou argumento e faltou partido, usou argumento de um outro partido, porque o PT só sabe repetir, tal qual um papagaio, “não ao golpe”.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. IDENIR CECCHIM: É o Presidente do Supremo que está conduzindo isso. O Presidente do Supremo está conduzindo, que golpe é esse? Vocês deram um golpe. Nós demos um golpe contra o Collor por causa de um automóvel Elba, e agora o golpe é porque roubaram o Brasil inteiro, roubaram a Petrobras, roubaram os Correios, roubaram tudo! Só não roubaram a dignidade do povo brasileiro que quer o PT fora, quer a Dilma fora, a felicidade do povo é ver que o Partido dos Trabalhadores está fora, que a Dilma está fora, seja por qualquer argumento, por qualquer argumento jurídico ou político! O que o povo quer é: chega de PT, chega de Dilma, chega de Lula, chega de pelego! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Cecchim.

O SR. MARCELO SGARBOSSA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornamos à ordem normal.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, lamento discordar do Ver. Sgarbossa, porque tem vinte processos correndo em pauta, todos eles com os autores interessados no seu encaminhamento, entre eles eu tenho processos meus aqui. Então, poderíamos fazer um grande acordo de que, aberta a Pauta, os oradores inscritos abrissem mão dela e ficasse a Pauta cumprida. Deixar para o final é prejudicar.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, é neste intuito: se fizermos tão somente correr a Pauta sem as falas, estamos contemplados.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, a Liderança do PTB dá acordo.

A SRA. JUSSARA CONY: O PCdoB dá acordo ao encaminhamento feito.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Com o acordo dos Líderes, passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0522/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 042/16, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que altera o art. 7º e os Anexos I, II e III da Lei nº 11.062, de 6 de abril de 2011 – que autoriza o Executivo Municipal a instituir, conforme determina, o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF), revoga a Lei nº 10.861, de 22 de março de 2010, e dá outras providências –, alterando a definição de Ação Estratégica à Saúde da Família, bem como as atribuições comuns a todos os profissionais que integram as equipes da Estratégia de Saúde da Família, e incluindo o emprego público de Médico-Veterinário no Quadro de Empregos do IMESF.

PROC. Nº 1589/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 160/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que determina a realização de trabalho voluntário com cães e gatos pelos vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre, em 1 (um) dia do mês, durante 6h (seis horas), no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1657/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 167/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que estabelece a criação da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal – DEPA – no site da Delegacia Online da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, para apresentação de notícia de fato tipificado como infração penal envolvendo animais.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1074/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 104/16, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que denomina Rótula Alfredo Ferreira de Oliveira o logradouro não cadastrado conhecido como Rótula Dois Mil Cento e Vinte e Nove, localizado no Bairro Humaitá.

PROC. Nº 1528/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 149/16, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que denomina Rua Manoel Coelho dos Santos os logradouros públicos cadastrados conhecidos como Rua 3086 – Loteamento Vila Juliano Moreira – e Rua 3087 – Loteamento Vila Juliano Moreira –, localizados no Bairro Jardim Botânico.

PROC. Nº 1690/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/16, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, que altera o art. 45 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, estabelecendo que o membro de Comissão Permanente ficará impedido de votar em matéria da qual seja autor.

PROC. Nº 1734/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 025/16, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o parágrafo único do art. 31 da Lei Complementar nº 626, de 15 de julho de 2009 – que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado e dá outras providências –, e alterações posteriores, excetuando os ciclistas em treinamento ou em velocidade igual ou superior a 20 km/h (vinte quilômetros por hora) da proibição de trafegar fora de ciclovias ou ciclofaixas.

PROC. Nº 1877/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 188/16, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua Abraham Isdra o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 2085 – Loteamento Parque Empresarial Condor –, localizado no Bairro São João.

PROC. Nº 1897/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 189/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Eva Marques Neubert o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três – Chácara da Fumaça I –, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 1918/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 192/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Exu Rei das Sete Encruzilhadas no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 13 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Não havendo inscritos para discutir a Pauta, está encerrado o período de Pauta.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela – às 16h47min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Waldir Canal, ao Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 014/13.

Aprego a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Waldir Canal, ao Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 014/13.

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol e do Ver. Elizandro Sabino, ao Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 014/13.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, ao PLL nº 004/16.

Aprego a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLCL nº 028/13.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLCL nº 028/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando o adiamento da discussão do PLCL nº 014/13 por duas Sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo solicitando que seja votado em destaque o § 2º do art. 1º do PLL nº 014/16, com Veto Total. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0205/16 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 014/16, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que estabelece a utilização de lâmpadas

LED (*light emitting diode*, ou diodo emissor de luz) na iluminação de prédios públicos municipais, bem como de espaços públicos e vias públicas sob administração municipal.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela rejeição do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 18-08-16 (quinta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em discussão o PLL nº 014/16, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para discutir o PLL nº 014/16, com Veto Total.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, de forma bem pontual e objetiva, para esclarecer a matéria: o § 2º do art. 1º, destacado, visa a suprimir o vício de origem que havia no projeto. Havia uma imposição ao Executivo, e, por essa razão, houve o Veto Total. Agora suprimindo e destacando o § 2º, retira-se a imposição ao Executivo no que diz respeito aos 10% que estava no projeto de lei original. Dessa forma, não há que se falar em dúvida a respeito da utilização de lâmpadas de LED e sua eficiência, proposição original do projeto de lei do Ver. Cassio Trogildo. A própria Prefeitura reconhece a eficiência. No *site* da Prefeitura diz assim: “SMOV finaliza obra de iluminação pública na Érico Veríssimo”. Estas obras de iluminação pública na Av. Érico Veríssimo são de LED. No jornal Correio do Povo: “Prefeitura conclui troca de luminárias na Av. Érico Veríssimo. Nova iluminação será feita com lâmpadas de LED, reduzindo o consumo de energia”. Não há o que se falar. Na Av. da Legalidade, aqui no *site* da Prefeitura: “Iluminação em LED monitorada por telemetria”. Não há o que se falar. E o próprio Prefeito José Fortunati convidando para, no dia 24 de agosto de 2017, às 19h, visitarmos à nova iluminação de LED da Av. Érico Veríssimo. Portanto, o nosso apelo aos nobres colegas no sentido de, conforme a orientação da base do Governo, com a emenda destacada, efetivamente votarmos para a derrubada desse § 2º do artigo 1º, que impõe ao Executivo a obrigação. Por isso o vício de origem no projeto de lei, para o qual, neste momento, há uma correção e assim temos a orientação para votar: “sim” ao projeto, derrubando o Veto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir PLL nº 014/16, com Veto Total.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, trata-se de uma situação especial em que a inteligente manifestação do Vereador Líder do Partido Trabalhista Brasileiro certamente terá sua repercussão. Há uma certa contradição entre o veto em si e o seu real objetivo. Não há sombra de dúvida de que a própria redação do texto que encaminha o veto se dirige explicitamente àquela disposição que o autor do projeto, que lamentavelmente não está presente aqui neste momento, o Ver. Cassio – está representado pela Liderança do seu Partido, o PTB –, que reconhece que essa parte, indiscutivelmente, deve ser aceita por todos nós como objeto de um destaque e, conseqüentemente, de acatamento do Veto do Prefeito Municipal. Obviamente que remanesce o restante do projeto, que evolui a discussão neste exato momento em que nós estamos discutindo a matéria. Se tivéssemos, mais cedo, conversado sobre isso, poderíamos ter uma posição mais consolidada a respeito dessa matéria.

Vejam, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu vivo uma situação muito especial: é o primeiro veto que eu enfrento na condição de Líder do Governo. Evidentemente, pela manifestação expressiva que aqui ocorreu em relação ao assunto muito polêmico, que nós tivemos até bem pouco aqui em discussão, que foi o relatório do Ver. Kevin Krieger, não podemos auscultar diretamente nas posições... O que me leva a tomar uma posição que eu assumo com responsabilidade.

Eu quero responsabilmente dizer que quero atacar o veto na parte que está destacada. Absolutamente claro que se trata de algo com vício na suas origens, e evidentemente deve ser acatado. No restante, eu quero honestamente afirmar que não vejo uma consertação fechada nesse particular, e cada um poderá, naturalmente, tomar a posição que lhe aprouver, reconhecendo que a postura do Partido Trabalhista Brasileiro, à medida em que acata parcialmente as razões do veto, nos dá não um compromisso, mas um indicativo claro de uma posição correta. Por isso, como Líder do Governo, eu deixo essa posição de liberdade para cada um dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, com tranquilidade de saber que matérias como essa permitem mais de uma opinião, mas que, no caso concreto, pelas circunstâncias em que ela se realizou, merece um posicionamento mais aberto, mais livre e mais tranquilo. Pessoalmente, eu sei da posição que eu irei tomar. Fiquem em liberdade os demais companheiros para fazê-lo de acordo com as suas posições pessoais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação nominal o § 2º do art.1º do PLL nº 014/16, vetado, destacado. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 05 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**. Mantido o Veto.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o art. 1º, com seu § 1º, e o art. 2º do PLL nº 014/16, vetados. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto.

O SR. PAULINHO MOTORISTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 004/16, discutir e votar o PR nº 031/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Motorista. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. DINHO DO GRÊMIO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 004/16 e do PR nº 031/16, discutir e votar o PLL nº 166/15. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dinho do Grêmio. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Ver. Luciano Marcantônio pediu para registrar a presença da Musa do Internacional, Michele Stroff.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0047/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 004/16, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que altera o *caput* e inclui incs. I e II no *caput* do art. 3º da Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008, estendendo o prazo de proibição, em definitivo, da circulação de Veículos de Tração Humana – VTHs – no trânsito do Município de Porto Alegre.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela rejeição do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 22-08-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em discussão o PLL nº 004/16. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 004/16.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a sensibilidade dos Pares, como a Ver.^a Jussara, a Ver.^a Sofia, que abriram mão da fala aqui; o Ver. Comassetto, o Ver. Paulinho e outros também vão abrir mão da fala para conseguirmos imediatamente votar este projeto na tarde hoje. Os catadores que estão ali, aguardando esta votação, estão perdendo um dia de trabalho para acompanhar aqui a nossa votação na Câmara. Então, quero agradecer a sensibilidade daqueles que abriram mão da fala para que votássemos o projeto. E quero aqui reconhecer o Governo, que fez uma emenda, Ver. Bosco e Ver.^a Lourdes. Nós fizemos um projeto que prorroga por um ano a restrição de circulação de carrinhos na Cidade. O Governo fez uma emenda, está protocolada, votaremos primeiro a emenda, colocando, em vez de um ano, seis meses. Nós demos acordo, o Ver. Pujol fez a emenda, o movimento representado pelas suas lideranças deu acordo a esta posição do Governo, que nós queremos reconhecer, de prorrogação da lei por mais seis meses. Isso vai dar em março do ano que vem. Se não fosse prorrogada, já no começo de setembro não poderiam mais circular os carrinhos pela Cidade, o que seria um grande problema, as pessoas que estão ali vivem disso, não quero fazer toda a fundamentação, elas se reconhecem como catadores, e não estão no programa. Estou, nada mais, nada menos, dizendo a exposição de motivos da emenda do Governo que diz que sabe que não foi alcançado todo o público alvo. É com esta justificativa que o Governo, então, apresenta esta emenda, reconhecendo que não conseguiu ainda encontrar as pessoas para encaminhar para o Programa Todos Somos Porto Alegre. Então quero fazer uma fala curta aqui apenas de reconhecimento de que todos são trabalhadores e trabalhadoras, estão aqui acompanhando. E esse reconhecimento de o Governo prorrogar, por seis meses, permitirá um diálogo melhor e até, quem sabe, o aperfeiçoamento do programa. Eu não vou entrar tanto no mérito aqui; no nosso mandato há Vereadores que têm uma opinião divergente quanto a este programa mesmo. Então, neste momento, faço apenas o reconhecimento do Governo em não manter essa proibição e prorrogá-la em relação aos carrinheiros por mais seis meses. Fico agradecido, em nome das pessoas que estão aqui e em nome da cidade de Porto Alegre, que precisa pensar diferente a forma da coleta do resíduo na Cidade. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 004/16.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não poderia deixar, neste momento importante, de registrar como foi a criação da Lei das Carroças em Porto Alegre. Uma lei que foi criada com a inclusão

social. Nosso lema era: inclusão social sem sofrimento animal. Nunca desprezamos a inclusão social! E a inclusão social foi elaborada, nesta Casa, pelo ex-Vereador e hoje Vice-Prefeito Sebastião Melo. Bem, eu quero ler, sim, como foram os anos de luta para que se pudesse aprovar esta lei. Em 2005 inicia a tramitação do Projeto nº 043/05. Antes disso, tivemos muitas reuniões. Nós não entramos com esta lei de cima para baixo. Em 2006, iniciou essa tramitação. O Dr. Goulart coordenou a Comissão Especial, que durou meses, com os Vereadores desta Casa, ouvindo desde a Polícia Rodoviária, todas as associações de bairros envolvidas, ouvindo a Associação dos Carroceiros, hoje o Movimento. Tudo isso foi ouvido. Não há momento em que alguém possa dizer que não foi ouvido. Passou-se a Comissão Especial. Duas audiências foram feitas nesta Casa, onde estava a proteção animal, como é natural. Sinto-me muito bem, Delegado Cleiton, em defender os animais. Quem defende os animais tem sentimentos, defende as pessoas. O senhor não venha me criticar – e eu quero corrigi-lo aqui desta tribuna. Em 2008, o Projeto nº 10.531 é aprovado por 22 votos a 12. No mesmo ano, a lei é sancionada pelo Prefeito. Em 2009, uma ação de inconstitucionalidade entra no TJ. Ganhamos a ação por entenderem os Desembargadores como o Prefeito à época Fogaça, que disse: “se é bom para a Cidade, eu acato, mesmo tendo alguns vícios”. Derrubamos no TJ, e a lei ficou! A lei veio para ficar, porque passou por todas as instâncias desta Porto Alegre.

Ninguém venha dizer que não foi ouvido. Quem diz são os novatos que estão entrando agora via Facebook e não sabem o que se passou. Nós não tínhamos assessoria. Nós não tínhamos quem resgatasse cavalos, nós não tínhamos quem atendesse nada. E aí a implantação era o quê? Trazer as pessoas nesta vida sem melhorar a situação delas. Aí foi criado, em 2012, o Programa Todos Somos Porto Alegre, com R\$ 9 milhões do BNDES e R\$ 9 milhões da Prefeitura. E onde está este recurso se não incluíram todos? Cadê o “*Yes, we can*” do Seu Busatto, que é o cara que ia fazer a inclusão social? É só discurso do meu colega, que eu quero respeitar, que veio dos Estados Unidos com “*Yes, we can*”, está até hoje na Secretaria e não fez a inclusão social. Cadê o dinheiro? Merece, sim, uma auditoria este dinheiro do BNDES, se tem uns carrinheiros que não foram incluídos. E, agora, o Governo, através do nosso Líder, Pujol, vem com uma emenda de seis meses. Em seis meses vai tombar cavalo, vai ter pessoa na chuva, vai ter carrinheiro puxando carrinho. Que vida mais escravagista é tu veres um carrinheiro puxando um carrinho! E vocês vêm dizer que isso é bom? Vocês estão sendo massa de manobra. Vocês vão ficar dependentes disso aí. Vocês têm que lutar é por emprego digno, como disse o Prefeito de Curitiba aqui. Isso não é emprego. Nós temos que capacitar para outras atividades. E agora esta manobra, porque a Secretaria da Governança não conseguiu, mas ganhou. Aqueles técnicos que estão lá ganham muito bem para fazer a inclusão social. Sr. Busatto, deixe a Governança e deixe outro para fazer a inclusão social. Eu voto contra qualquer manobra, qualquer prorrogação de prazo, porque, aqui, eu represento associações de bairro, eu represento as pessoas que estavam na época, porque nós não morremos, nós estamos muito atentos a tudo. Muito obrigada.

(Aparte antirregimental.)

A SRA. LOURDES SPRENGER: Vereador, a lei é única. O financiamento é para carrinheiros e carroceiros. A inclusão social é para ambos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 004/16.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu pretendia falar dois minutos, Vereadores e Vereadoras, mas preciso fazer três considerações em relação ao discurso da Ver.^a Lourdes Sprenger. O primeiro deles, é que eu tenho a convicção de que nenhum dos catadores, recicladores, profissionais que, desde 2003, têm a profissão reconhecida, pessoas que trabalham. Na verdade, como diria ao meu colega Ver. Alex, que não vai falar, mas me pediu que falasse em seu nome da tribuna, que não só trabalham nesse ramo como profissionais, mas que fazem muito pelo meio ambiente da Cidade. Então, ele pediu que eu reconhecesse o trabalho de vocês aqui na tribuna, de pessoas que fazem essa contribuição para a cidade de Porto Alegre.

Em segundo lugar, eu também gostaria de dizer que eu tenho a convicção de que aqui não existe massa de manobra, existem trabalhadores e trabalhadoras com a faca no pescoço diante de iminência do vigor de uma lei, que passaria a vigorar agora, dia 11 de setembro, sendo que milhares de pessoas ficariam sem trabalho. E é verdade que precisa de uma auditoria no Todos Somos Porto Alegre, em relação aos R\$ 18 milhões, de meia dúzia de cursos que foram feitos e emprego e renda que não foram gerados – Scheila, que está aqui, da Vila Dique; o Alex, do Movimento Nacional de Catadores e Recicladores; Fabrício; o pessoal da beira do rio, que também estão aqui conosco. Então, isso é verdade absoluta, são R\$ 18 milhões, e programas que deveriam estar gerando emprego e renda, e que nós vemos. Eu fiz um Pedido de Informação, recebi uma resposta genérica da Prefeitura sobre onde foi investido esse dinheiro. E eu pedi, então, que me dessem nome a nome, porque eles dizem que beneficiaram milhares de pessoas. Só que todos os carrinheiros, carroceiros que eu conheço não foram beneficiados, não estão com emprego de carteira assinada e ainda estão sendo atacados na Cidade como se fossem bandidos. Não são bandidos, são trabalhadores! Bandido, aliás, tem um monte na política! Mas os carroceiros e carrinheiros não são bandidos, como nós estamos vendo toda a situação da corrupção nacional que precisa ser, obviamente, aprofundada. Então, com esse ponto dois, que é sobre a auditoria, concordamos.

Ponto três: eu acho que a lei, concluo por aqui, é bastante importante a proposta, Ver. Marcelo, da construção dos seis meses, porque garante uma construção. Evidentemente, só fala de carrinhos a lei, Ver.^a Lourdes, ela propõe a ampliação para os carrinhos, muito embora eu gostaria de saber qual é a alternativa para quem trabalha na carroça. Teve gente que economizou e comprou uma Kombi e está sendo multada,

trabalhando com a Kombi. Então, o problema não é carrinho ou carroça; o problema parece, que, para a Prefeitura, é o tema da arrecadação que, de fato, os resíduos sólidos podem gerar na cidade de Porto Alegre... Mas a Kombi não está na lei, Ver. Bosco. É carrinho e carroça.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Por que estaria errado? Na lei, é claro, é carrinho ou carroça. Mas não é isso, estão apreendendo por causa... Obrigada, eu quero agradecer ao Ver. Bosco, estão multando por causa da coleta e não por direção. É evidente que, se estiver dirigindo acima da velocidade ou sem cinto de segurança – aí o senhor está correto –, aí a multa é para todos. Mas, nesse caso, não; estão tentando pegar a questão do transporte naquela Kombi. Então, o problema me parece que não é o carrinho ou a carroça, na concepção da Prefeitura. Na nossa concepção, é preciso respeitar os trabalhadores, é preciso garantir a aplicação de geração de emprego digno, de renda, de carteira assinada.

E carrinhos elétricos seriam uma bela alternativa também. Nós temos o exemplo do galpão da Cavahada, nós estivemos lá, e há muitos exemplos que a gente pode, sim, ter, no sentido de fazer com que a coleta, por exemplo, seja feita em parceria entre o Município e os movimentos, os carroceiros e os carrinheiros, no caso da coleta seletiva, porque hoje passa só duas vezes por semana, poderia ser melhor para a Cidade, melhor para a população e gerar emprego e renda para vocês. Então, alternativa tem, basta buscar. Eu acho que este projeto é uma garantia de tirar a faca do pescoço, mas o importante é vocês seguirem na luta. Eu espero que este projeto seja aprovado por unanimidade hoje, na Câmara de Vereadores. Eu falei com vários Vereadores que me falaram que achavam que seis meses seriam importantes ou um ano, como nós gostaríamos inicialmente, mas é importante a mobilização permanente de vocês, porque a gente sabe que na vida nada vem de mão beijada. A gente sabe que só a luta dos trabalhadores conquista. Eu quero parabenizar pela luta de vocês, mesmo numa situação tão difícil. Ontem lotaram a audiência pública, que nem pode ser realizada por tantas pessoas que estão se organizando, estão se mobilizando e estão dizendo que não podem ficar sem emprego. Eu conheci várias mães de família, que estão com muita dificuldade, muita dificuldade, vários trabalhadores, em função dessa situação. Então, eu acho que a gente precisa, sim, prezar o direito ao trabalho. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 004/16.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, essa lei, construída, como bem disse a Ver.^a Lourdes Sprenger, há oito anos, foi constituída em cima de uma realidade completamente diferente da realidade

em que nós vivemos nos dias atuais. Havia a euforia de que o Brasil caminharia para o pleno emprego e que seria possível se obter transformações substanciais na sociedade com a inclusão social de alguns segmentos que se buscava reciclar para outras atividades. Lamentavelmente, Ver.^a Lourdes, este Brasil maravilhoso que nos apresentaram no passado não se confirmou, e se hoje existe um índice que não para de crescer neste País, é o índice do desemprego que, a todo o momento, aumenta. Só duas coisas crescem neste Brasil: a inflação e o desemprego.

Então, neste contexto, Sr. Presidente, com a isenção de quem não tem mérito nenhum com a constituição da lei nem demérito por sua aprovação, porque eu não estava na Casa naquela ocasião, eu procurei, dialogando com várias pessoas aqui na Casa, mediar uma posição que reconhece que não há um momento mais inoportuno para se tentar pôr em prática parte dessa lei do que este momento em que nós estamos vivendo, Ver.^a Jussara, até porque a lei é completa, é una, mas tem particularidades. O item que diz respeito às carroças não foi mexido e não se mexe, está se mexendo exclusivamente a respeito dos chamados carrinheiros, que, no nome certificado, agora, são os VTHs. Eu dialoguei com várias pessoas do Governo e chegamos à conclusão de que especialmente considerando que daqui a 30 dias nós teremos escolhido um novo prefeito de Porto Alegre, seria oportuno a gente transferir a vigência desse dispositivo da lei para 90 dias após a posse do novo prefeito. Por isso eu assinei a emenda, responsabilmente. Não cotejo e nem cortejo eleitores nas atividades que estão sendo realizadas. Respeito, eu não gosto das pessoas que não trabalham, odeio as pessoas que não trabalham, que vivem de atividades ilícitas, e eu não quero jogar ninguém na ilicitude num momento em que não se têm condições de se absorver qualquer tipo de mão de obra, mesmo aquela devidamente qualificada. Por isso, assumi essa responsabilidade e quero, lisamente, confessar que recebi do Governo a mais segura, a mais firme liberdade para assim agir. É lógico que liderar um governo plural como o nosso, nas vésperas de uma eleição, pode, meu querido Vereador, gerar alguns conflitos. Eu não temo esses conflitos. A emenda que estamos propondo, inclusive, tem o apoio da própria oposição, do próprio autor do projeto, é um meio-termo, até porque todos nós estamos na expectativa de que o Brasil pare de decrescer, comece a crescer novamente, que surjam realmente possibilidades de empregabilidade de nossa gente, o que não tem hoje, Ver. Tarciso.

Por isso, eu quero dizer, com toda a tranquilidade, que não me sinto constrangido em promover essa emenda e que até acho que, em muitas situações, o governo que eu defendo merece crítica nesse particular; portanto, nessa circunstância, ele merece aplauso, e eu fico feliz de ser o gestor introdutor de uma emenda, a emenda que harmonizou situações e que eu espero seja aprovada pela maioria dos votos da Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLL nº 004/16.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, colegas que acompanham a Sessão, eu quero elogiar o Líder do Governo por ter tido essa sensibilidade em prorrogar por mais um tempo o que nós chamamos de um dever social. Ver.^a Lourdes, tem muitos carroceiros que cuidam dos animais, que têm, muitas vezes, ao lado da carroça, animais. Eu mesmo, Vereadora, tenho lá a Coca, a cachorrinha que apareceu na frente da minha casa e eu adotei – já não é o primeiro animal que eu adoto –, mas eu me recrimino, Vereadora, por, até hoje, não ter adotado uma criança de rua ou de algum orfanato. Então, senhora, nós devemos tratar com respeito todas as causas. Eu tenho o maior respeito pela senhora, a senhora sabe disso. Eu vou lhe dar só um pequeno exemplo, porque a senhora não deve ter passado por isso, nem próximo. Vá à fila do Sine, nos dias que dizem que dão emprego, para ver quantos desempregados estão ali às 6 horas, às 7 horas da manhã, faça chuva ou faça sol. Saia de dentro do conforto da sua residência! Vá ver a dificuldade que uma pessoa de 40 ou 50 anos tem em conseguir emprego! Vá dar uma olhada, conversar com aquela pessoa que pede emprego, que é qualificada – profissionais qualificados perdem o emprego, com 40 anos ou mais, nesta crise que está existindo hoje –, vá ver a dificuldade que essas pessoas têm! A senhora deve perder o seu preconceito e ir conversar com as pessoas das periferias. Eu faço isso e vejo as dificuldades!

Fala-se sobre ação social, o que é muito respeitoso, mas é muito fácil, depois, chegar e dizer “agora tu vais ter que ser guarda vigilante” ou “tu vais ser cabeleireiro”. O momento em que se tem que fazer esse curso, muitas vezes, é o momento de botar comida no prato! E, depois, para ter emprego, para procurar emprego... É o momento que tem para botar comida no prato! Então não é tão fácil... Pessoas vivem com dificuldades há 20, 30, 40 anos, com trabalho digno, acordando cedo. Tem as pessoas que respeitam e têm a segurança de dizer: “Vem hoje aqui às 5 horas que eu vou deixar o meu papelão ali, na porta da minha loja; se tu não chegares, eu vou botar fora esse papelão”. Está lá o cara, às 5 horas da manhã. E, agora, senhores, querer impor para uma pessoa de 40 anos que hoje seja garçom, vigilante? Não é tão fácil assim! Então, o respeito que a senhora tem pelos animais, eu também tenho. Mas também tenho respeito pelo ser humano, pelas suas dificuldades. Não sei se é porque eu vim debaixo e conversei muito com as pessoas, eu não tenho preconceito. Às vezes, ouço desta tribuna alguém dizer que tem que tirar todo mundo do viaduto Otávio Rocha, que aquilo é uma vergonha! Não dê esses seis meses e nós teremos muito mais gente embaixo daquele viaduto! Ali todos são honestos, todos trabalham, têm a sua dignidade, mas vamos botar gente na marginalidade!

É por isso, Vereadora, que eu peço que aceite seis meses para as pessoas conseguirem fôlego. Passou o tempo, mas dá para ver que não tiveram essa oportunidade. Agradeço por ter tido essa sensibilidade para esse diálogo com todos os Vereadores. Agradeço ao Governo por essa sensibilidade em dar, no mínimo, mais seis meses para essas pessoas tomarem fôlego. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 004/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, serei breve, e pergunto se não é possível acolher mais alguns carrinheiros, porque temos cadeiras vazias e eles estão ali fora e, afinal, é a vida deles que está sendo decidida.

Em segundo lugar, eu me inscrevi como Líder da Bancada do PT, queridos e queridas trabalhadoras e trabalhadores da reciclagem, função fundamental para a sobrevivência do planeta, para a qualidade de vida, para a preservação da Terra e da nossa Cidade, para dizer que não dá para a Ver.^a Lourdes fazer um questionamento de um tema que a lei não fala, criando inclusive alguma censura à iniciativa do Ver. Marcelo, que é um defensor dos animais e tem iniciativas nesse sentido. A lei não trata disso, Ver.^a Lourdes, não faça aqui um equívoco, não produza aqui uma versão da história que não é verdadeira. A gente sabe, porque a gente se respeita muito, Ver.^a Lourdes.

Sobre o tema do prazo. Quando o atual Vice-Prefeito Sebastião Melo era Vereador, ele colocou o prazo como uma espada na cabeça dos trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem. Nós fomos contrários, nós brigamos, dizendo que era absurdo sem construir alternativas para vocês continuarem trabalhando onde vocês trabalham: na reciclagem, incorporando ao serviço público, valorizando o trabalho, criando galpões ou criando regiões de recolhimento; vocês trabalhando da forma como trabalham. Era impossível estabelecer um prazo, se não condicionasse a isso uma política pública construída por vocês, porque ninguém chega aqui para um grupo de médicos e diz que eles não vão mais fazer medicina, que têm dois anos para resolver o que vão fazer; ninguém chega aqui para jogadores de futebol e determina um prazo para eles não poderem mais jogar. Por que para vocês, os recicladores da nossa Cidade?

Nós discordamos disso, nós discordamos! Nós cobramos as políticas públicas todos esses anos, e nisso nós estamos juntas, Lourdes. Todos esses milhões, e não houve adequação, não construíram junto com vocês alternativa para o trabalho se realizar de forma harmônica com a Cidade, integrado, sem atrapalhar a Cidade e sem a Cidade atrapalhar vocês. Vocês também sofrem a violência do cotidiano desta Cidade, vocês estão à mercê da poluição, do tráfego, do trânsito, da violência urbana, de tudo o que acontece nesta Cidade; da chuva, do sol, do vento, da dureza que vocês têm que enfrentar todo dia para sobreviver. Tinha que ter pensado e usado esses milhões para construir com vocês, como tem experiência em Canoas, como tem experiência em Novo Hamburgo, que enalteceu o trabalhador da reciclagem, fez render muito mais o seu trabalho sem ser violento e dizendo para mudar de profissão e alterar a sua atuação.

Esse prazo de seis meses, Ver. Pujol, V. Exa., que está na liderança do Governo, acho que fez bem, tenho que elogiar. É um prazo muito pequeno, mas é um prazo para nós construirmos uma alternativa melhor, dialogada, correta, com a participação de vocês. E não vamos impor o fim de uma atividade importante como esta, e no meio de um processo eleitoral, no meio de uma mudança na cidade de Porto Alegre. Então, o nosso respeito a esta luta, parabéns Ver. Marcelo Sgarbossa por nadar

contra a corrente, por se colocar, inclusive, na crítica de muita gente que olha com preconceito. Porque é um problema de preconceito, sim; é um problema de não reconhecimento da luta popular, da atividade alternativa que foi a que vocês conseguiram encontrar numa sociedade que é excludente, sim. Então, o Ver. Marcelo está de parabéns e que bom que vamos construir esse prazo alternativo. E durante esse tempo o nosso compromisso é construir com vocês as saídas, para que o trabalho que vocês dignamente fazem, seja valorizado, qualificado e tenha investimento público. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 004/16.

O SR. ENGº COMASSETTO: Fiz questão de vir a esta tribuna para relembrar o debate que fizemos aqui há oito anos, e eu fui um dos doze que votou contrariamente ao projeto naquela época. Cumprimento ao Sr. Luis que se mantém até hoje junto com a comunidade, realizando esse trabalho. Por que votei contrariamente na época? Porque nós apresentamos uma emenda, que foi rejeitada. A emenda dizia que nesse período o Governo teria que já destinar recursos e oferecer um programa com estrutura, recurso e qualificação para a coleta seletiva na cidade de Porto Alegre. Até hoje isso não foi feito. Quero aqui dizer à Ver.^a Lourdes – pela qual tenho acordo quando se rebela – que só estamos pedindo a prorrogação, porque o Governo não fez a tarefa que tinha que ter feito nesse período. Aqui ainda tem a seguinte agenda: nós queremos sair daqui com o compromisso do Governo quanto ao licenciamento ambiental para todos os galpões, porque os galpões não podem vender os seus materiais e continuam vendendo para os atravessadores. Nós queremos sair daqui com uma estrutura que aponte aquilo que nós dizíamos na época, inclusive, que sejam fornecidos, Ver. Cecchim, carros elétricos que não poluem, que, com as equipes, podem andar pela Cidade toda, com espaços menores, e façam a complementação da sua atividade, que é ecológica e ambiental. Nós queremos que a lei federal feita no segundo Governo do Presidente Lula seja efetivada, que todas as repartições públicas destinem o seu material reciclável, seco, para os galpões e cooperativas de reciclagem. Nós queremos sair daqui com esse prazo, para que isso se torne realidade. As pessoas que hoje trabalham com a reciclagem são pessoas que merecem o maior respeito da cidade de Porto Alegre, porque estão ali numa vida difícil, numa vida sofrida, a grande maioria morando em comunidades irregulares em que faltam água, esgoto e luz e trabalhando para poderem sobreviver e manter as suas famílias. Portanto, a regularização fundiária tem que vir junto. O Programa Minha Casa, Minha Vida tem que vir junto oferecendo a habitação.

É claro que nós não queremos aquele quadro que ali está embaixo do viaduto Otávio Rocha, porque, quando nós discutíamos aqui a remoção do Chocolate lá para a Protásio Alves, nós dizíamos: se não tiver uma estrutura que leve o material reciclável para aquela comunidade, que dê sustentação para todos eles, eles sairão de lá

e voltarão para o Centro, e muitos que estão ali hoje eram antigos moradores da Chocolatão. Então temos que levar isso com seriedade. A prorrogação do prazo é só uma medida paliativa, uma medida protelatória, ou seja, estamos empurrando para frente aquela responsabilidade que não é desta Casa, não é dos Vereadores e não é dos recicladores; essa responsabilidade é do Poder Público Municipal, do seu Prefeito José Fortunati e do Vice-Prefeito Sebastião Melo, que foi seu autor aqui. Isso nós temos que dizer, temos que debater.

Já temos o entendimento de que a maioria dos Vereadores desta Casa – espero que seja a unanimidade – venha a entender que a prorrogação é necessária, mas, junto com ela, tem que vir um programa municipal de reciclagem que apresente o veículo de transporte, que apresente o licenciamento ambiental dos galpões, que apresente uma formação para que possam comercializar e que todo o papel reciclado dos órgãos públicos da União, Estados e Municípios sejam destinados, conforme diz a lei federal, para os recicladores. Um grande abraço; boa luta, que este trabalho continue.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 004/16.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, nossa saudação a vocês, catadores que estão conosco neste dia. Aqui falo em nome do meu partido, PSB, em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista, para dizer para vocês que estou aqui na Câmara há muito tempo. A nossa atuação aqui sempre foi, em primeiríssimo lugar, a pessoa humana, a dignidade da pessoa humana e a sua família; portanto, vocês que estão conosco tenham absoluta certeza de que, se for preciso prorrogar ainda mais, eu estou junto, assim como o Ver. Paulinho Motorista.

Enquanto nós não tivermos uma solução de qualidade para vocês, contém comigo porque não vamos permitir uma paralisação abrupta das atividades de vocês, e seja já o que Deus quiser, vão vocês para onde quiserem. Não estarei junto numa caminhada que faça isso com a pessoa humana, sejam em qualquer atividade que desenvolver. Eu acredito - posso estar errado -, não sei o que vocês pensam, que quando vem uma multinacional para o País, políticos de todos os níveis saem numa felicidade geral tratar de buscar benefícios, privilégios, isenções, compram coisas com dinheiro público, parcelam seja lá em quantas vezes, e quase uma década, eu não vi nenhum político brasileiro dizer que é preciso financiar um carrinho elétrico para vocês. Portanto, tenham a certeza que essa luta, essa causa não é de vocês, é uma causa do cidadão e da cidadã porto-alegrenses, homem e mulher, que carregam no coração a pessoa humana em primeiríssimo lugar. Meu abraço a vocês, vamos votar favoráveis. Parabéns pela luta de vocês e estaremos juntos. Um abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, vou falar rapidamente. Eu abri mão de me inscrever, solicitei ao Ver. Marcelo, no sentido de que nós tivéssemos agilização desta votação, afinal, os trabalhadores perderam um dia de trabalho. Então, neste momento, estou aqui, neste microfone, pedindo a todos os colegas Vereadores que venham a este plenário para votarmos este projeto hoje ainda. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, a Emenda nº 01 ao PLL nº 004/16. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 17 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

Em votação o PLL nº 004/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Como havia solicitado, farei a minha Declaração de Voto. Sr. Presidente, eu votei contra porque, no dia 28, estará sendo proibido, por lei, o trânsito dos Veículos de Tração Animal – VTA, e dos Veículos de Tração Humana – VTH. Então, certamente, haverá confusão, porque a lei é única, e o que nós defendemos é mexer no projeto social e não mexer na lei.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Vereadora pode encaminhar por escrito a sua Declaração de Voto.

O SR. MÁRCIO BINS ELY (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização, para que possamos, logo após a discussão e votação do PR nº 031/16 e do PLL nº 166/15, passar à discussão e votação do PR nº 005/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização, para que possamos, logo após a discussão e votação do PR nº 031/16, do PLL nº 166/15 e do PR nº 005/16, passar à votação do Requerimento nº 083/16. Após passaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;

encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1597/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/16, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que concede a Comenda Porto do Sol ao Centro de Tradições Gaúchas Lanceiros da Zona Sul.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 25-08-16 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em discussão o PR nº 031/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1809/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 166/15, de autoria do Ver. Dinho do Grêmio, que altera os arts. 3º-A, *caput*, e 5º, inc. II do *caput*, da Lei nº 7.855, de 25 de setembro de 1996, e alterações posteriores; altera a ementa e o art. 2º da Lei nº 10.028, de 20 de julho de 2006; e altera a ementa e os arts. 1º, 2º, *caput* e §§ 2º e 3º, 3º, *caput*, 4º, *caput*, 4º-A, *caput*, e 5º da Lei nº 10.428, de 6 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 10.939, de 2 de agosto de 2010; incluindo na denominação Acampamento Farroupilha a expressão Nico Fagundes.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Delegado Cleiton: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Tarciso Flecha Negra: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 10-02-16.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em discussão o PLL nº 166/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0452/16 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Diploma Honra ao Mérito à senhora Marilice Carrer.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relatora Ver^a Sofia Cavedon: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 23-05-16.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em discussão o PR nº 005/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 083/16 – (Proc. nº 1920/16 – Ver^a Sofia Cavedon) – requer a realização de Sessão Solene no dia 27 de setembro, às 15h, destinada a assinalar o transcurso dos 80 anos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento nº 083/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 086/16 – (Proc. nº 1997/16 – Ver. Valter Nagelstein) – requer seja o período de Comunicações do dia 29 de agosto destinado a assinalar o transcurso dos 70 anos do programa Hora Israelita.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento nº 086/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h07min.)

* * * * *